tónio de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Alfândegas

Decreto-lei n.º 31:537

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É alterada para \$01 por quilograma a taxa do artigo 73 da pauta de exportação.

Art. 2.º Este decreto-lei entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República. 29 de Setembro de 1941. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.*

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

8.ª Repartição da Direcção Geral
da Contabilidade Pública

Decreto n.º 31:538

Com fundamento nas disposições do n.º 2.º do decreto n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, depois de ouvido o Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do das Obras Públicas e Comunicações, um crédito especial da quantia de 3.736\$70, que reforçará a dotação do n.º 1), do artigo 1.º do capítulo 1.º do actual orçamento do segundo dos referidos Ministérios, relativamente à verba de 43.200\$, atribuída a pagamento de dois secretários do Ministro, visto um dêles ter optado pelos seus vencimentos como delegado do Procurador da República e juiz de direito.

Art. 2.º No capítulo 2.º do mesmo orçamento é reduzida de igual importância a verba do artigo 19.º

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 29 de Setembro de 1941. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.*

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Decreto n.º 31:539

Tornando-se necessário conhecer mais cedo as quantidades disponíveis de milho, grão e feijão da colheita do ano corrente;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Os produtores e possuidores de milho, feijão e grão de bico ficam obrigados a efectuar o manifesto das suas colheitas ou existências, observadas as disposições do presente decreto.

§ 1.º Consideram-se obrigados ao manifesto:

a) Os proprietários e rendeiros que cultivem aqueles géneros directamente ou em regime de parçaria;

b) Os seareiros;

c) Os individuos ou entidades que recebam rendas, foros, pensões ou quinhões nalgum dos referidos géneros;

d) Os que debulhem milho à maquia;

e) Os comerciantes e retalhistas.

§ 2.º É admitida a tolerância de 10 por cento para mais ou para menos nos manifestos dos produtores.

Art. 2.º Os prazos para os manifestos são os seguintes:

1.º Até 15 de Outubro para o grão de bico, milho e feijão de sequeiro;

2.º Até 30 de Novembro para o milho e feijão cultivados de regadio.

Art. 3.º Os manifestos deverão conter as indicações seguintes:

a) Nome e residência do manifestante;

b) Designação do produto;

c) Lugar da produção ou do armazenamento;

d) Quantidade necessária para consumo da casa agrícola, para pagamento de rendas, pensões, foros e outras prestações;

e) Quantidade disponível para venda.

Art. 4.º Os referidos manifestos deverão ser assinados pelo manifestante ou por outrem a seu rôgo e a assinatura reconhecida por notário ou autenticada pelo regedor, pelo Grémio da Lavoura ou delegação da Federação Nacional dos Produtores de Trigo a que pertença o manifestante, ou ainda por dois produtores da área do Grémio ou delegação, que ficam responsáveis pelas declarações do manifesto.

Art. 5.º Os manifestos dos géneros produzidos em prédios que se encontrem em comum e *pro indiviso* ou de explorações agrícolas pertencentes a mais de uma pessoa serão feitos no mesmo impresso pelo cabeça de casal, gerente ou administrador.

§ único. Neste caso, a qualidade do manifestante será abonada por qualquer das entidades referidas no artigo anterior.

Art. 6.º Os manifestos serão enviados pelas autoridades referidas no decreto n.º 26:408 ao Instituto Nacional de Estatística, à medida que forem apresentados, e os últimos dentro de cinco dias depois de expirados os prazos fixados no artigo 2.º deste decreto.

Art. 7.º Das transgressões ao disposto nos artigos anteriores serão levantados autos de notícia, que deverão conter os requisitos exigidos pelo artigo 166.º do Código de Processo Penal e terão força de corpo de delito, fazendo fé em juízo até prova em contrário.

§ único. Os autos podem ser levantados pelos funcionários a que se refere o artigo 3.º do decreto n.º 16:943, de 7 de Junho de 1929, e pelos funcionários dos orga-